

FEIRA DOS SOFÁS

565€
359€
CHAISE LONG
PLATA



PREÇOS BAIXOS
SEMPRE!!
PREÇO
CUSTO



jn.pt Diário. Ano 136. N.º 363. Preço: 1,80€ Sexta-feira 31.5.2024

Diretora Inês Cardoso / Diretor-executivo Vítor Santos / Diretor-adjunto Pedro Ivo Carvalho / Diretor digital editorial Manuel Molinos / Diretor de arte Pedro Pimentel

JN

Jornal de Notícias
Fundado em 1888

DAVID TIAGO / GLOBAL IMAGES



Vizinhos ao poder

Nunca se criaram tantas associações de moradores como nos últimos anos. Em Braga, bairro outrora degradado é hoje um orgulho para a comunidade P. 12 e 13

Reportagem Pequenos inventores que dão cartas na ciência

Estudantes criam projetos e resolvem problemas do planeta P. 6 e 7



Educação PRR destina 130 milhões a escolas do Norte P. 10

Mortes por overdose aumentam entre os jovens e as mulheres

Cocaína é a principal preocupação, já que foi encontrada em dois terços dos óbitos

“Crack” motiva maior procura por tratamentos. Apreensões sobem Página 20

Incêndios Contratação tardia agrava preço dos meios aéreos

Governo culpa Executivo de António Costa P. 4 e 5

Amarante Empresário paga aos funcionários com droga P. 16



HOJE
GRÁTIS

CORRIDA ÀS PRAIAS NO REGRESSO DO CALOR

Banhistas aproveitaram feriado. Bom tempo é para durar P. 8



PEDRO GRANADINHO / GLOBAL IMAGES

Serralves 50 horas de animação gratuita nos jardins

Centenas de atividades até domingo à noite P. 30

F. C. Porto Iván Jaime, Toni e Franco nas mãos do treinador

Vítor Bruno estuda convites e arrisca carreira a solo P. 38

Nunca se criaram tantas associações de moradores como na última década

Um terço das coletividades de vizinhos atualmente ativas foi criada depois de 2010. Diálogo com o poder político e dinamização da vida em sociedade são as principais tarefas destes grupos existentes em todo o país

Sara Sofia Gonçalves
sociedade@jn.pt

ASSOCIATIVISMO Das 861 associações de moradores atualmente em funcionamento, 286, ou seja, perto de um terço, foram criadas a partir de 2010. Desde abril de 1974, ano em que este associativismo começou a prosperar face ao quadro de liberdade, o número de coletividades de vizinhança tem vindo a crescer consecutivamente de década para década.

Se na primeira década de existência destas associações, entre 1970 e 1980, foram registadas apenas 99 organizações, na última década o cenário é de crescimento sustentado. Entre 2010 e 2020, foram criadas 212 associações de moradores em Portugal. Os dados apresentados foram solicitados pelo JN ao Ministério da Justiça.

A primeira associação de moradores que consta nos números do Instituto dos Registos e do Notariado (IRN) remonta a 1966. Daí até ao final do ano da Revolução dos Cravos, foram criadas apenas três coletividades. Já no ano seguinte, 1975, o número disparou para os 43 – um recorde anual nunca mais atingido.

Ainda que existam associações de moradores em todos os distritos do país, é em Lisboa e Setúbal que se concentram o maior número. Em precisão, nestas duas regiões estão constituídos 49% destes grupos de vizinhança. Pelo contrário, são os distritos mais interiores – Bragança, Castelo Branco, Guarda, Portalegre e Vila Real – que re-

gizam, cada um, menos de dez associações de moradores ativas. Também os Açores e a Madeira estão no fundo desta lista, com três e uma coletividade, respetivamente.

Estas diferenças geográficas apresentadas pelos dados do IRN são explicadas pelo antropólogo Luís Cunha. “Nas aldeias e comunidades mais pequenas a população é reduzida, por isso, falar com o presidente da junta ou da câmara, por exemplo, é fácil.” Já

nas cidades, prossegue o especialista da Universidade do Minho, esse contacto direto com o poder político “é praticamente impossível”. Torna-se então essencial a intervenção de meios de associativismo como os referidos, que servem de “ponte entre os problemas da população e quem toma decisões”.

SOCIEDADE GLOBAL

O fenómeno de crescimento associativo na habitação também não sur-

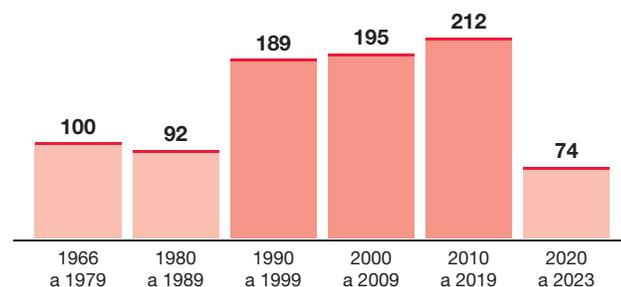
prende o professor do departamento de sociologia. “Vivemos numa sociedade cada vez mais global e este tipo de agrupamentos tenta repor a microescala, que se tem vindo a perder na nossa convivência.” Para Luís Cunha, a globalização traz uma sensação de “impotência” e de afastamento dos poderes de decisão – problemas que as associações de moradores tentam colmatar. Um dos exemplos do trabalho com a comunidade e as suas queixas é a Associação de Moradores do Bairro das Andorinhas, em Braga, cidade com 57 coletividades atualmente em funcionamento (ler texto ao lado).

PODER DE DECISÃO

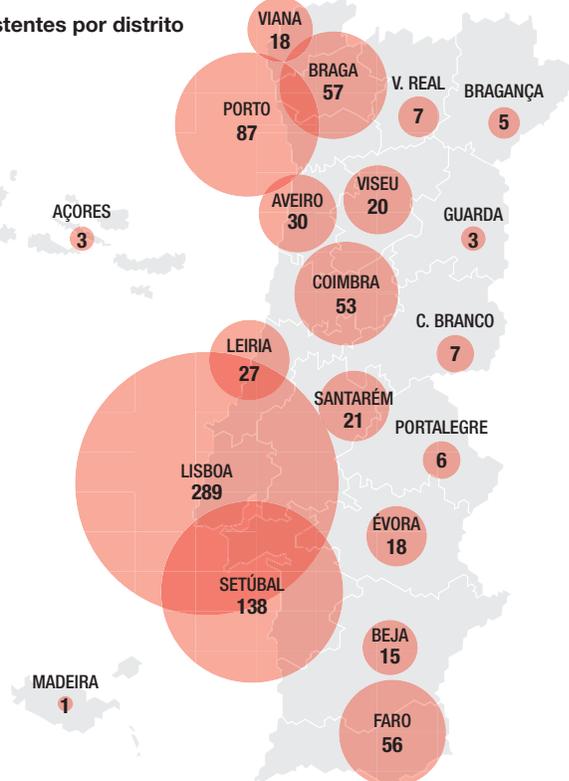
O advogado Bruno Esteves de Magalhães descreve a função das associações como sendo “uma voz ativa e legítima para reivindicar a melhoria das condições da área social, cultural, urbanística, dos transportes, zonas de lazer, acessibilidade, entre outros”.

Para o especialista, o êxito destas deve ter em conta o peso “das condições de participação incentivadas e criadas pelos titulares do poder local, ao nível das juntas e dos municípios”. Magalhães acredita que o potencial do coletivo de vizinhos é tanto maior quanto maior for a abertura dos poderes para os receber, ouvir e acolher, uma vez que, legalmente, “não dispõem de poder de decisão nem tão pouco da faculdade de emitir pareceres vinculativos quanto às condições de exercício do poder local”.

Associações de moradores constituídas

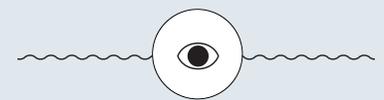


Existentes por distrito



FONTE: MINISTÉRIO DA JUSTIÇA INFOGRAFIA JN

Guia prático



Como criar uma associação de moradores?

Há duas formas de criação: a notarial e a “associação na hora”. Na primeira, são cerca de seis passos, da aprovação dos estatutos à emissão do cartão de pessoa coletiva. Na segunda via, a constituição é imediata e, ainda que com algumas limitações (sendo necessário optar por designações e modelos pré-aprovados), permite um processo mais simples e célere.

Quais as principais preocupações destas associações?

Ainda que não haja um documento formal sobre o que deve ser a atuação, o Manual das Associações de Moradores, disponível no site da Câmara Municipal de Cascais, indica tarefas como a defesa dos interesses dos moradores; a promoção da participação e cidadania; a preocupação com habitação e urbanismo; o acompanhamento de questões relacionadas com saúde, transportes e educação no seu território; a manutenção dos espaços comuns; a promoção da criação de parques infantis, centro cultural ou centro desportivo; e o investimento na área social, como serviços de apoio domiciliário, centros de dia ou locais de atividade e formação.

Que direitos têm?

Segundo o advogado Bruno Esteves de Magalhães, “a regulação constitucional do poder local dedica um capítulo exclusivo às organizações de moradores, compreendido por três artigos – sem prejuízo de outras previsões pontuais – do qual resultam dois direitos essenciais: o direito de petição junto das autarquias locais e o direito de participação, sem voto, na assembleia da junta de freguesia”.



As obras de reabilitação a decorrer no bairro das Andorinhas, em Braga, eram há muito desejadas



“Quem conhecia este bairro há 20 anos compreende a diferença que uma associação de moradores faz”

Flávio Vieira Presidente da Associações de Moradores do Bairro das Andorinhas

POR Sara Sofia Gonçalves sociedade@jn.pt

Quem, nos últimos meses, passa em volta do bairro das Andorinhas, em Braga, há de reparar no aparato de andaimes e trabalhadores. Ora hoje estão num prédio. Ora na semana seguinte estão no edifício ao lado. As obras de requalificação de um dos vários bairros sociais da Cidade dos Arcebispos eram há muito esperadas. E são “a grande conquista” da associação de moradores, que existe desde os anos 1980.

Num dia de semana, são as obras que se impõem como barulho de fundo. Quando não as há, a melodia é, comumente, dos pássaros que habitam as muitas árvores plantadas na zona – uma das outras “grandes conquistas” da Associação de Moradores do Bairro das Andorinhas (AMBA). Já lá vamos.

Entrados na sede, são cerca de seis reformados que circundam uma das mesas daquele que é um local de encontro da comunidade. “Boa tarde”, exclamam todos, assim que alguém externo ao bairro entra em visita. A hospitalidade é palavra de honra por aqui. Por ser dia e hora de trabalho e aulas, o bairro está mais calmo do



REPORTAGEM

A comunidade que foi do estigma da droga a exemplo de vida

Braga Degradado, o bairro das Andorinhas era “malvisto” na cidade. Hoje tem espaço verde e ambiente agradável

que o costume. “Se tivessem vindo ao sábado, na sala aqui ao lado havia um alvoroço de jovens nas horas de apoio ao estudo ou de adultos nas formações de informática”, indica Flávio Vieira. É o presidente da AMBA. Mas “só no papel”. “Tenho esse título porque alguém tinha de o ter no registo, mas o trabalho é feito por igual por todos e todas”.

Este “todos e todas” representa os atuais 180 sócios pagantes. Mas a “defesa dos interesses” engloba a totalidade dos cerca de 950 habitantes desta área residencial. De quando em vez, vão chegando novos residentes, mas grande parte já conhece o bairro há décadas. Tal como o próprio presidente, Flávio Vieira.

Bombeiro de profissão, chegou às Andorinhas com seis anos. Nunca mais daqui saiu. “Foi na casa dos 20 anos que, juntamente com um grupo de amigos, decidimos reativar a associação de moradores.” O clima de insegurança então vivido contribuía para que, à época, este fosse um dos bairros sociais bracarenses mais estigmatizados.

Mas quem o viu e quem o vê. Flávio garante que são “problemas passados”.

Mesmo sem experienciar o quotidiano, as mudanças são visíveis. O que eram espaços de terra batida e cimento, hoje são relva, árvores e plantas. Onde se acumulavam carros à porta de cada prédio, há agora caminhos pedonais e espaços verdes vedados à circulação automóvel. Há parque infantil e de desporto. A Páscoa ou o verão são ocasiões em que o bairro se abre à cidade, com programação musical e cultural. “Tenho orgulho de morar aqui”, resume o presidente.

Não se pense que são apenas as estruturas que têm tido mudanças. Flávio Vieira acredita que “a voz coletiva tem o alcance e o poder que a individual não consegue ter”. Por isso, um pedido em nome da associação à Câmara ou a uma entidade pública ou privada tem um impacto diferente de um requisito individual. “As instituições já conhecem o nosso nome e temos assento em órgãos consultivos municipais, por isso, a probabilidade de nos escutarem é maior”. São exemplo disso as obras de requalificação, consultas gratuitas de psicologia e nutrição ou a “segurança e tranquilidade de viver num local agradável”, conclui Flávio. ●